

## Pensar as políticas culturais no século XXI: o caso de Lisboa

Paula Guerra<sup>1</sup>

### Resumo

Neste artigo procuraremos refletir sobre os novos desafios à política cultural local na cidade de Lisboa, bem como sobre as estratégias culturais levadas a cabo pela autarquia. Importa neste âmbito, e preliminarmente, proceder-se a um breve enquadramento – estado da arte – que vise a compreensão do desenvolvimento das políticas culturais portuguesas a partir do marco histórico basilar da História contemporânea portuguesa – a Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974. Em seguida, tendo por base o relatório Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa 2016 e as Agendas Culturais de Lisboa referentes ao ano de 2015, leva-se a cabo uma dupla abordagem: uma primeira, que tem por base uma análise mais geral da realidade das práticas culturais locais em Lisboa e uma segunda que incide nos vários setores do campo cultural lisboeta, para daqui se aferir, de forma mais fina, as respostas emergentes perante os novos desafios que têm surgido na capital portuguesa.

**Palavras-chave:** Políticas culturais; campo e setores culturais; Lisboa.

### Abstract

In this article we will analyze the new challenges faced by the local cultural policies in the city of Lisbon, as well as the cultural strategies carried out by the Municipality of Lisbon. It is important in this context, and preliminarily, to do a brief framework – a state of the art – for an understanding of the Portuguese cultural policies since the major landmark of the Portuguese contemporary history: the Democratic Revolution of April 25, 1974. Then, based on the report Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa 2016, as well as on the Agendas Culturais de Lisboa for the year 2015, we will carry out a double approach: first, a more general analysis of the reality of local cultural practices in Lisbon; then we will take an sectoral approach of the Lisbon cultural field, so that we can measure all the answers and new challenges that have arisen in the Portuguese capital.

**Keywords:** cultural policies; field and cultural sectors; Lisbon.

1

Doutorada em sociologia pela Universidade do Porto, é professora na Faculdade de Letras e investigadora do Instituto de Sociologia da mesma universidade. É investigadora do Griffith Center for Social and Cultural Research na Austrália, do Centro Investigadora do Centro de Estudos de Geografia e do Ordenamento do Território (CEGOT) e do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM). Coordena e participa em vários projetos de investigação nacionais e internacionais, no âmbito das culturas juvenis e da sociologia da arte e da cultura. É autora de artigos publicados em revistas como Critical Arts, European Journal of Cultural Studies, Journal of Sociology, Cultural Sociology, Sociologia – Problemas e Práticas ou Revista Crítica de Ciências Sociais. É editora (em conjunto com Gláucia Villas Bôas) da Revista Todas as Artes. Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura. E-mail: <pguerra@letras.up.pt>, <paula.kismif@gmail.com>.



## 1. Prelúdio

**N**os últimos anos tem surgido uma nova perspetiva sobre a cultura e respetivo papel. Esta abandonou o restrito âmbito da criação artística a que usualmente era remetida, passando a assumir uma visão mais holística, englobando toda uma panóplia de atividades, como modelos empresariais e de consumo, que numa primeira análise sobre o que é a cultura não entrariam na lista. Nesta nova perspetiva, existe uma interpenetração entre cultura/economia e criatividade/economia. Cada vez mais (o turismo é um exemplo charneira), o potencial da cultura, nomeadamente na sua diversificação, é entendido como essencial para uma economia global continuamente mais competitiva.

Esta nova perspetiva foi acompanhada a nível académico. Isso é visível através da proliferação de conceitos como setor cultural, atividades criativas, economia criativa, mercado cultural, indústrias culturais, cidades criativas, entre muitos outros. Não sendo este o local para realizar a destrição de cada conceito, não podemos deixar de salientar que esta proliferação é sintomática da importância que a cultura ganhou no debate público e académico.

Não é, portanto, de estranhar nem de ignorar a essencialidade que é conferida à cultura pelos municípios e governos como alavanca económica. Mas não apenas isso. Cada vez mais a cultura é percecionada como um veículo crucial para o desenvolvimento sustentável das cidades e para o bem-estar das populações.

Assim sendo, considera-se pertinente proceder à análise das políticas culturais públicas e seus impactos, nomeadamente, no caso em apreço, as levadas a cabo na maior cidade portuguesa – Lisboa. A abordagem que aqui se realiza estrutura-se em duas fases: uma primeira, muito breve, que procura enquadrar a evolução e desenvolvimento das políticas culturais portuguesas locais, a partir da Revolução Democrática do 25 de Abril de 1974; e uma segunda, que incide na análise dos vários setores do campo cultural lisboeta (ano de 2015), para daqui aferirmos, de forma mais fina, as respostas emergentes aos novos desafios que têm surgido na capital portuguesa.



## 2. Políticas culturais locais em Portugal: um breve itinerário

Silva, Babo & Guerra (2015), de forma muito clara, referem que não é possível escamotear importância das políticas culturais autárquicas no âmbito do desenvolvimento e evolução da política cultural portuguesa contemporânea. Tanto mais – note-se – que desde a década de 1990 que a principal fonte de financiamento público das atividades e serviços culturais passou a ser detida não por organismos sob tutela do governo central, mas sim pelos municípios (SANTOS, 1998, pp. 92-93; NEVES, 2005). Uma evolução que acompanha o contexto político-económico do país. Vejamos: desde meados da década de 1980 até à década de 1990, em anos de maior incremento orçamental, a despesa cultural autárquica cresceu de forma mais acentuada do que a da Secretaria de Estado ou do Ministério da Cultura; uma capacidade de resistência do financiamento cultural autárquico após uns primeiros sinais de crise nos primeiros anos do século XXI; uma queda abrupta do financiamento cultural autárquico após a crise económica de 2008. Todavia, independentemente das conjunturas, releve-se que a principal fonte de financiamento da cultura continuou a ser as autarquias (SILVA, BABO & GUERRA, 2015, p. 106).

Consequentemente, conforme foi aumentando a importância política concedida e os recursos humanos, materiais e financeiros afetados, as autarquias viriam a ocupar de forma crescente um lugar central nas dinâmicas culturais locais e, por consequência, no campo cultural em geral a nível nacional. Uma situação que nos primeiros anos de democracia pura e simplesmente não existia. Juan Mozzicafreddo et al (1990), por exemplo, constatarem um “grau zero do poder local” ao nível de uma concentração das políticas nas infraestruturas físicas. Este “grau zero” foi ultrapassado em meados dos anos 1980, devido, essencialmente, a dois fatores: a Rede de Leitura Pública, a primeira rede nacional de equipamentos e a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, pelo fluxo de financiamento que daí adveio e que alterou completamente as condições de intervenção autárquica na esfera cultural (SILVA, BABO & GUERRA, 2015, p. 107).



No que respeita à relação das autarquias locais portuguesas com a cultura e respetiva diferenciação, Silva, Babo & Guerra (2015) consideram que a característica dominante desta relação é o que apelidam de consensualismo, apesar de, como nota Luísa Albuquerque (2011), se vislumbrar diferenças conforme os eixos políticos das autarquias e segundo a articulação entre identidade local, expressão cultural e serviço público cultural. Releve-se que este consensualismo depende, segundo Silva, Babo & Guerra (2015), em grande medida do grau de partida muito reduzido das autarquias/municípios em termos de infraestruturas e investimento no setor cultural no imediato pós 25 de Abril de 1974; estávamos perante o referido grau zero ao nível das infraestruturas físicas, a par de um grau máximo ao nível da dependência face ao poder central. Este contexto favoreceu uma lógica incrementalista – construir e desenvolver o mais rápido possível –, transversal a todos os partidos políticos. Por seu turno, não podemos ignorar o facto de a construção e desenvolvimento destas infraestruturas não deixar de se constituir como capital de legitimação política nas lutas políticas locais (SILVA, BABO & GUERRA, 2015, p. 108).

Em suma, e ainda segundo Silva, Babo e Guerra (2013), depois do que podemos apelidar de um período de subalternidade da cultura na hierarquia das preocupações autárquicas, a situação mudou consideravelmente. A intervenção municipal no âmbito da cultura passou a estar estruturada em três eixos: i) a defesa e valorização do património, ii) o desenvolvimento de uma oferta local e iii) a formação de públicos culturais. A mudança foi a tal ponto que atualmente este é o modelo hegemónico em Portugal (SILVA, BABO & GUERRA, 2015, p. 109; SILVA, BABO & GUERRA, 2013; SILVA, 2007).

### 3. Lugares, atores, contextos e cultura: uma abordagem através da Agenda Cultural de Lisboa<sup>2</sup>

Após um brevíssimo enquadramento relativo à evolução e desenvolvimento das políticas públicas locais, centramos o nosso enfoque num caso concreto: Lisboa, a capital portuguesa. Através da abordagem empírica à atividade cultural em Lisboa através da Agenda Cultural de Lisboa, procura-se analisar a atuação do município no campo cultural, a par de uma abordagem setorial ao campo cultural lisboeta, relacionando-a com o sistema de recursos e atividades culturais.

2

A Agenda Cultural de Lisboa é uma publicação mensal da responsabilidade do Pelouro da Cultura - Divisão de Promoção e Comunicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa. Trata-se de uma ferramenta de informação, online e em papel, sobre a atividade cultural mensal da cidade de Lisboa.



Este novo século intensificou algumas questões, bem como trouxe novos desafios para as novas políticas culturais. Falamos, por exemplo, da intensificação do turismo na cidade de Lisboa ou de uma nova política de reabilitação urbana, que tanto têm dado que falar a nível académico e a nível mediático. É exatamente por isso que o argumento primordial do relatório Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa 2016 releva a relação crescente entre cultura e desenvolvimento sustentável das cidades e seus habitantes. Efetivamente, uma nova perspectiva sobre a cultura ganhou corpo nos últimos anos: esta deixa de estar restrita ao que usualmente se pensava, nomeadamente à criação artística, para englobar outros tipos de atividades, como modelos empresariais, modelos de consumo, entre outros, os quais numa primeira análise sobre o que é a cultura não entrariam na lista.

Em parte, isso está relacionado com o avanço da globalização e consequente interdependência internacional, que não deixou de afetar o setor cultural, agora visto como um acelerador da economia de pleno direito. Uma culturalização da economia, por assim dizer (HUTTON, 2016). Um conjunto de fatores económicos e sociais permitiram esta nova configuração do setor cultural, desde a melhoria dos rendimentos médios das famílias, a terciarização da economia, uma crescente diminuição do protecionismo económico, o aumento sustentado da escolaridade das pessoas, a crescente importância dada ao lazer, o próprio multiculturalismo que trouxe consigo novas culturas e modos de vida, e o crescente número de empregos em áreas do setor cultural (AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS, 2016).

No relatório Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa 2016, a equipa coordenada por Pedro Costa (2017, p. 14) identificou quatro linhas principais no que respeita à relação entre cultura, qualidade de vida e bem-estar. A qualidade de vida e bem-estar podem ser potenciadas por: (i) a fruição cultural, (ii) a capacitação para a expressão cultural e a criação, (iii) a acumulação e preservação de identidade e da memória coletiva, (iv) a regulação dos efeitos externos introduzidos pelas atividades culturais na cidade. Estas são, portanto, as quatro tendências gerais fulcrais que o município de Lisboa deve repensar na sua atuação cultural sobre a cidade, numa lógica de cultural planning (BIANCHINI, 1999).



A abordagem empírica à atividade cultural na cidade através da Agenda Cultural de Lisboa permitir-nos-á discernir sobre a realidade em concreto. Não sendo uma fonte que cubra a totalidade da oferta cultural na cidade, a Agenda Cultural não deixa de se constituir como instrumento a privilegiar com vista ao mapeamento da estrutura e evolução da oferta cultural na cidade, tendo em conta a sua extensividade e continuidade. Registe-se que foram objeto da análise aqui apresentada as Agendas Culturais de Lisboa referentes ao ano de 2015<sup>3</sup>.

Um primeiro aspeto a salientar prende-se com o número e distribuição das atividades artístico-culturais apresentadas nas Agendas Culturais de Lisboa ao longo do ano de 2015. A partir das agendas analisadas, podemos adiantar que o número de atividades se mantém ao longo de quase todo o ano, com um valor superior às 300 atividades, registando-se os picos mais significativos nos meses exatamente anteriores e posteriores ao período das férias de verão (455 em junho e 431 em outubro).

Figura 1. Evolução do número de atividades artístico-culturais ativas enunciadas nas Agendas Culturais de Lisboa — 2015 ao longo do ano (n.º)



Fonte: COSTA (2016, p. 108).

Ainda, verificamos que são os espetáculos (de música, teatro, dança) que predominam no conjunto das atividades artístico-culturais mencionadas nas Agendas Culturais de Lisboa em 2015. No total, contabilizamos 1125 eventos categorizados enquanto espetáculos (39,2%). O facto de se tratarem de eventos de curta duração (designadamente os concertos de música) certamente ajudar-nos-á a perceber o seu domínio. Aos espetáculos, seguem-se as exposições (803 eventos, 28%), com destaque para as exposições de pintura/ desenho/ ilustração (247 eventos) e de fotografia (121 eventos). Em terceiro lugar surgem as aulas/ cursos/ workshops (469 eventos, 16,4%) para

Neste trabalho, foram analisadas as Agendas Culturais de Lisboa referentes ao ano de 2015 (11 agendas no total, sendo que para os meses julho e agosto foi publicada apenas uma agenda). O objetivo consistiu na inventariação de todos os eventos mencionados nas Agendas Culturais desse ano que tivessem um caráter temporário, excluindo-se assim todas as exposições/ aulas/ cursos/ etc. que possuíssem uma lógica permanente num determinado local. Por questões de limitação de tempo, foram também excluídas as atividades catalogadas nas Agendas como sendo atividades ligadas às Ciências, Visitas Guiadas e dedicadas às Crianças. Foi ainda tido em consideração a questão da duplicação de eventos entre as diferentes Agendas (isto é, um mesmo evento pode aparecer em diferentes Agendas), fazendo-se um esforço para a sua eliminação. Finalmente, os eventos designados como Festivais foram tratados como um único evento, não se considerando os seus subeventos para efeitos desta inventariação. Deste trabalho, resultou uma base de dados com 2868 atividades culturais diferentes, para as quais se procurou identificar o seu nome/ designação, o seu contexto (artes/ cinema/ música/ etc.), o seu tipo (exposições/ espetáculos/ workshops/ etc.), a sua data de início e fim e o seu local de realização e respetiva freguesia em que se insere (no caso das datas, locais e freguesias, foi necessário complementar a informação fornecida pelas Agendas por pesquisas na internet de forma a colmatar e/ou aprofundar a informação existente).











II (1,5%)<sup>5</sup>, entre outros . A partir da análise da distribuição das atividades pelas áreas artístico-culturais e os seus locais de realização, salienta-se que: na área das artes plásticas/visuais, é o Museu do Oriente e a Fundação Calouste Gulbenkian que mais atividades ligadas às artes promoveram (59 e 32 eventos, respetivamente); na área do Cinema, o Cinema City Alvalade surge como o promotor que mais eventos realizou (12 eventos); na área da Dança, é a vez do Centro em Movimento (CEM) aparecer como o espaço que mais eventos propôs (29 eventos); na área do Teatro, é o Teatro Nacional D. Maria II quem mais atividades promoveu (34 eventos); na área da Música, o Centro Cultural de Belém e a Fundação Calouste Gulbenkian assumiram, em conjunto, a promoção de mais de um quarto dos eventos registados nesta área em 2015 (250 eventos); finalmente, na área da Literatura/ Letras, é a Livraria Bulhosa (Campo Grande) que realizou mais eventos dentro desta área (30 eventos).

#### 4. Tessituras, olhares e focos das políticas culturais de Lisboa na contemporaneidade

Após esta passagem breve sobre as realizações culturais decorridas em Lisboa, em 2015, propõe-se desta feita uma análise setorial, evidenciando o sistema de recursos e atividades culturais desenvolvidas (SILVA, BABO & GUERRA, 2015, p. 118). Analisaremos individualmente os vários setores do campo cultural da cidade de Lisboa: artes visuais e mercado da arte; artes performativas; livros e mercado editorial; bibliotecas e arquivos; museus e património; vivências noturnas de lazer e sociabilidade e, por fim, festivais e grandes eventos públicos.

##### 4.1. Artes visuais<sup>6</sup> e mercado da arte

A imagem que neste momento transparece do setor das artes visuais em Lisboa é de um dinamismo e criatividade crescente, maculado por um mercado frágil e financeiramente pouco poderoso. Parece ser unânime que existe, neste momento, uma geração de artistas em Lisboa talentosa e diversificada, que se distingue das gerações anteriores: aberta ao mundo e viajada, presente em exposições e feiras internacionais, em alguns casos

5

Para uma lista completa dos equipamentos culturais dependentes do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa (CML), cf. <http://www.cm-lisboa.pt/viver/cultura-e-lazer/equipamentos-culturais>.

6

Por artes visuais entendemos aqui a pintura, a escultura, new media e instalação e a fotografia.



formados no estrangeiro e representados por vezes por galerias não portuguesas (CAEIRO, 2014; COSTA, 2017).

Porém, o mercado de arte em Lisboa, seja o primário como o secundário, continua a padecer de falta de transparência pelo que é complexo assinalar as suas dinâmicas ou estado de saúde financeiro. Se parece evidente que os artistas portugueses e de Lisboa começam a ter uma presença constante nos mercados internacionais, esse trabalho deve-se também às galerias que os representam. Lisboa concentra, naturalmente, o maior número de galerias do país, representando a maior parte dos mais importantes artistas portugueses. Galerias como Cristina Guerra Contemporary Art, Galeria Filomena Soares, Galeria Carlos Carvalho ou a agência Vera Cortez apresentam-se regularmente nas feiras internacionais, contribuindo decisivamente para a difusão do trabalho dos artistas nacionais por si representados.

Do lado da procura, também o mercado e as práticas colecionistas sofreram transformações significativas. Os anos 2000 foram marcados pelo dinamismo colecionista de grandes instituições financeiras. Porém, com a crise financeira e com o colapso de algumas destas instituições, as galerias viram-se na contingência de trabalhar com os magros orçamentos das poucas instituições museológicas que ainda compram para as suas coleções, gerindo as frágeis práticas colecionistas portuguesas.

Nos anos 2000 pressentia-se já a capacidade de atratividade da cidade de Lisboa de artistas internacionais. Esse pressentimento tem-se vindo a tornar realidade com a vinda para Lisboa, não só de estudantes, mas também de inúmeros artistas e curadores. Atraídos pelos custos de vida, pelas condições meteorológicas e uma diversidade cultural e artística rica, instalaram-se em Lisboa nos últimos anos. Intimamente associado a este fenómeno, Lisboa viu surgir, de igual forma, inúmeros espaços de exposição e de residências alternativos<sup>7</sup>, que vieram integrar a vida da cidade de forma natural e orgânica. Um caso deu-se em 2010, quando a CML recuperou e estabeleceu um novo regime de acesso aos ateliers municipais junto ao Palácio dos Coruchéus e nos Olivais, que neste momento acolhem algumas dezenas de artistas. Com efeito, é de salientar o trabalho desenvolvido pelas Galerias Municipais e pelo Atelier-Museu Júlio Pomar, nomeadamente ao nível do apoio a artistas, nacionais e internacionais, a viver em Lisboa.

7

Espaços como o Hangar, o projeto Kunsthalle Lissabon, Atelier Concorde ou o espaço Syntax.



#### 4.2. Artes performativas<sup>8</sup>

Vários estudos salientam a existência de mudanças significativas no cenário das artes performativas na cidade de Lisboa (BORGES, 2007; BORGES & LIMA, 2014; COSTA, BORGES & GRAÇA, 2013). Assim, na sequência da extinção do Ministério da Cultura em 2011 e da redução significativa dos apoios do Estado<sup>9</sup>, a CML assumiu um papel ativo no apoio às instituições de Lisboa, cidade que aloja a maior parte das companhias e grupos de teatro do país. Repensou-se sobre os modos de operar do setor, redefiniram-se os orçamentos, criaram-se novos incentivos à internacionalização. Foram também determinantes para manter uma dinâmica cultural de dança e de teatro na cidade, iniciativas para a promoção de redes de financiamentos alternativas e a implementação de projetos e programas como o BIP/ZIP<sup>10</sup>, que pudessem colmatar situações como a falta de espaços de criação e de produção e ensaios.

A cidade apresenta hoje uma oferta teatral que cruza diversas instituições, de carácter público e privado. Parece haver, contudo, diversos fatores que dificultam ainda a relação dos equipamentos municipais com o setor privado, com o qual é difícil concorrer. Por outro lado, no âmbito da internacionalização, a CML tem vindo a criar novas linhas de programação específicas, designadamente para a formação de redes nacionais e internacionais, através do estabelecimento de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais.

#### 4.3. Livros e mercado editorial

A cidade de Lisboa tem tradicionalmente um relacionamento importante com a literatura e com o livro. No entanto, no momento atual, o mercado editorial português, e o de Lisboa em particular, apresenta traços semelhantes aos verificáveis um pouco por todo o mundo: concentração de chancelas num pequeno grupo de conglomerados editoriais, decréscimo do número de empresas cuja atividade principal é a edição de livros, decréscimo do seu volume de negócios, diminuição do número de livrarias de grande dimensão e o aparecimento de algumas pequenas operações editoriais e livrarias independentes. Estas mutações terão que ser enquadradas no fenómeno abrangente e global que é o da digitalização do

8

No setor das artes performativas consideramos o teatro, a dança, a performance, a ópera e outras práticas transdisciplinares.

9

Em 2011, o XIX Governo Constitucional, na sequência de uma política de fusão de ministérios, extinguiu o Ministério da Cultura, que foi relegado a Secretaria de Estado. Em 2015, com o XX Governo Constitucional, o Ministério foi restaurado com o nome de Ministério da Cultura, Igualdade e Cidadania. Com o XXI Governo Constitucional, também em 2015, o ministério voltou à sua antiga designação.

10

O Programa BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa foi criado em 2011 pela CML como um instrumento de política pública municipal através da dinamização de parcerias e pequenas intervenções locais com o propósito de colmatar as necessidades das comunidades.



livro e o das plataformas de distribuição digitais. Em Portugal, as principais editoras estão concentradas em dois grupos: o grupo Leya, com sede em Lisboa, e o grupo Porto Editora, com sede no Porto. Em meados dos anos 2000, apareceram várias pequenas editoras em Lisboa, algumas das quais cresceram e tornaram-se referências do panorama editorial de Lisboa e português. Editoras como a Tinta-da-China, a Aletheia ou a Orfeu Negro são hoje operações dinâmicas e com um plano de lançamentos importante (COSTA, 2009; NEVES, 2014).

No que diz respeito às livrarias e ao retalho em geral, o setor está fragilizado, em resultado de uma sucessão de transformações no mercado que teve o seu início nos anos 1990 e nos anos 2000, com a concorrência que a venda de livros nas grandes superfícies e a rede FNAC veio trazer às pequenas livrarias. Não obstante, assinala-se a sobrevivência de livrarias independentes abertas naquelas décadas. É interessante relevar que estas novas livrarias são mais do que livrarias, são espaços de sociabilidade, de conversa, de tertúlia, de restauração (BEJA, 2011).

Os últimos anos ficam ainda marcados pela irrupção de pequenos projetos editoriais dedicados à literatura infantil, ilustrada ou poesia. Lisboa assiste igualmente a um outro fenómeno editorial que, seguindo uma tendência global, consiste na publicação de livros de artista e de photobooks. Estas publicações, muitas vezes autoeditadas, são por vezes objetos de arte em si, realizados com um cuidado gráfico singular e com tiragens reduzidas. Editoras ou operações editoriais como a Pierre von Kleist, as edições Ghost, Senhora do Monte, Chilli Com Carne ou Dois Dia Edições são exemplos deste dinamismo com sede na cidade. Naturalmente, esta dinâmica assenta num mercado muito sensível, sustentado numa procura altamente especializada.

De igual modo, verifica-se a multiplicação de eventos em torno do livro como a Feira de Edições de Lisboa. É importante realçar que a Feira do Livro, coorganizada pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros e pela Rede de Bibliotecas de Lisboa, continua a ser um momento importante da vida editorial da cidade. Com efeito, a Feira do Livro é o maior evento cultural da cidade, contando com quase meio milhão de visitantes. A par com as bibliotecas é a iniciativa apoiada pela CML mais importante na área



do livro e da leitura, recebendo apoio financeiro e não financeiro muito significativo (COSTA, 2009, 2017).

#### 4.4. Bibliotecas e arquivos

No âmbito do setor das bibliotecas e arquivos salienta-se, desde logo, a transformação estrutural que deu origem à diluição do Departamento de Bibliotecas e Arquivos e à consequente constituição da Divisão do Arquivo Municipal, sob a alçada do Departamento do Património Cultural e da Divisão da Rede de Bibliotecas, que responde diretamente à Direção Municipal de Cultura (DMC). Neste sentido, as bibliotecas têm sido, desde 2012, alvo de um projeto de requalificação, que assenta numa nova visão das bibliotecas, não mais vistas como um mero depósito, mas antes como assumindo um papel catalisador e de liderança nas comunidades locais (CML, 2012; DIVISÃO DE GESTÃO DE BIBLIOTECAS, 2008).

No que concerne aos arquivos, para além da constituição da Divisão do Arquivo Municipal, sob a alçada do Departamento de Património Cultural, há que salientar a integração da videoteca, em 2011. Paralelamente, é reconhecida a melhoria nos sistemas de informação e a aproximação do Arquivo aos diferentes públicos, através da organização de visitas guiadas, dias abertos, festivais, exposições itinerantes ou do trabalho com o público escolar desde o 1.º ciclo. A comprová-lo, é possível destacar a TRAÇA – Mostra de Filmes de Arquivos Familiares, uma iniciativa da Videoteca, que tem como objetivo dar a conhecer alguns dos filmes amadores e caseiros que o Arquivo tem já no seu espólio ou está a receber através de uma angariação aberta em permanência, oriundos de arquivos familiares, feitos na cidade de Lisboa ou por lisboetas. Todavia, mantêm-se alguns dos problemas já anteriormente detetados, como seja a degradação de equipamentos, os problemas de segurança e manutenção ou a dispersão dos espólios por estruturas precárias e sem condições de conservação adequadas (DIVISÃO DE GESTÃO DE BIBLIOTECAS, 2008).



#### 4.5. Museus e patrimônio

Desde que as Estratégias para a cultura 2009 (COSTA, 2009) foram tornadas públicas que a cidade tem vindo a diversificar a sua oferta museológica. Surgiram novos museus, nomeadamente, o Lisbon Story Centre (2012), o Museu-Atelier Júlio Pomar (2013), o Museu do Aljube (2015) e o novo Museu dos Coches (2015). Estes novos museus vieram complementar um vasto e importante conjunto de museus da cidade de Lisboa, já que é nela que se encontram a maior parte dos museus nacionais, cujas frequências de públicos são das mais assíduas ao nível do país<sup>11</sup>. Lisboa congrega, portanto, dentro das diferentes esferas, escalas e temáticas um número significativo de museus e acervos. E se isso é incontornável, há que neste momento delinear uma estratégia de articulação local, regional, nacional e mesmo europeia no tocante à oferta museológica de Lisboa, potenciando as suas mais-valias e uma mais que justa esfera de afirmação.

Em termos mais pragmáticos, e a partir das conclusões de vários estudos (COSTA et al, 2014; COSTA, PERESTRELO & TEIXEIRA, 2015; NEVES, 2013; EGEAC, 2008) torna-se prioritário dar visibilidade a um trabalho de estratégia para os museus municipais já iniciado e consistente. Estes estudos também vertem que transversalmente aos museus, monumentos e restante edificado patrimonial, existem frequentemente problemas estruturais com os quais estes se debatem: estado de degradação do edificado, associado à escassez de meios financeiros para a sua classificação, preservação e manutenção; insuficientes recursos para a conservação e restauro de coleções e obras classificadas de enorme valor simbólico e estético; não atualização do discurso expositivo e museográfico em termos do seu conteúdo e abordagem linguística e interpretativa; deficientes acessibilidades físicas e ausência de sinalética adequada; não ajustamento do horário de funcionamento e serviços em função do público-alvo e das especificidades do local onde se inserem; e a ausência de uma definição clara de um desígnio para a sua existência, para lá da sua intrínseca importância histórica.

Em paralelo, um outro tema em especial merece ser destacado: o turismo. O seu aumento exponencial, sobretudo nos últimos anos, faz dele uma transformação estruturante e recente da cidade, afetando diretamente

11

Lista completa de museus em:  
<http://www.patrimoniocultural.pt/en/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>



o setor cultural. Como em qualquer fenómeno de massas, há perspetivas divergentes sobre o seu impacto e contributo para a cidade de Lisboa. No que diz respeito aos museus em particular, o público estrangeiro aumentou e diversificou-se, incluindo turistas e estrangeiros residentes. Contudo, no seio dos museus da Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC)<sup>12</sup>, esta é uma realidade ainda com pouca expressão, embora com tendência a aumentar. A exceção é o Museu do Fado, cujo público é maioritariamente estrangeiro (LOPES, 2011; NEVES, 2013).

No âmbito específico do setor museológico e patrimonial da CML, a maior mudança que se verificou no seio da estrutura interna camarária foi a nova abordagem e posicionamento da DMC. Sob tutela do Pelouro da Cultura, a DMC, ao abrigo de uma nova visão e planeamento estratégico, renunciou à sua missão como programador cultural, tendo transitado essas competências e respetivos equipamentos museológicos para a EGEAC. A passagem dos museus da DMC para a EGEAC teve lugar devido a questões de vária ordem. O principal motivo prendeu-se com o excesso de burocracia existente no seio da CML, o que provocava contantes atrasos processuais e orçamentais na gestão quotidiana dos respetivos equipamentos. Assim, o que se procurou foi agilizar e facilitar processos administrativos, legais e financeiros, dotando os museus camarários de maior eficiência ao nível da gestão. Embora nem sempre consensual, foi uma decisão estratégica vista com bons olhos sobretudo pelas direções dos museus que transitaram para a EGEAC.

#### 4.6. Vivências noturnas de lazer e sociabilidade

Em termos da animação noturna e da sua territorialização, a zona do Bairro Alto/Chiado mantém o destaque assumido há mais de três décadas. A ela soma-se o Cais do Sodré, com a conhecida Rua Cor-de-Rosa, um projeto de intervenção urbana do Atelier do Arquiteto José Adrião para a Rua Nova do Carvalho, pensado no âmbito de uma estratégia de reabilitação de um bairro que anteriormente era um destino de marinheiros e prostitutas – portanto, uma zona de desqualificação social e cultural. Em abril de 2015, um artigo do New York<sup>13</sup> Times vem confirmar o seu reconhecimento a nível

12

Empresa pública responsável pela gestão de vários espaços culturais e pela realização das Festas de Lisboa e de outros momentos culturais de referência da cidade.

13

Artigo disponível em:  
<https://www.nytimes.com/interactive/2015/04/15/travel/europe-favorite-streets.html>.





internacional no que à animação noturna diz respeito, comparando-a com avenidas e ruas em Paris, Berlim, Milão ou Londres. Mais recentemente, a cidade tem vindo a conhecer novos atores em termos da animação noturna, que se afastam destas localizações mais habituais e que se podem até assumir como alternativas à eventual saturação das mesmas. Importa, igualmente, realçar a emergência de novos projetos híbridos, de apelo ao vintage, ao heritage, à retromania. Estes projetos pululam por toda a noite lisboeta e têm um carácter mais ou menos efémero, mas tentam celebrar uma certa identidade cosmopolita (SEIXAS, MAGALHÃES & COSTA, 2012; COSTA & MAGALHÃES, 2014).

Não obstante o alargamento do circuito de animação noturna, quer em termos quantitativos, quer em termos geográficos, é destacada a existência de externalidades negativas associadas à animação noturna que podem, no longo prazo, comprometer a sustentabilidade do setor. De igual modo, existe uma preocupação com os efeitos de gentrificação, na medida em que a subida do preço do terreno comercial em Lisboa faz com que a população autóctone de rendimentos mais baixos tenha de sair da cidade. De igual modo, existe a crítica que a noite é tratada com um conjunto homogéneo, sem haver sensibilidade e distinção entre os locais que se dedicam apenas à venda de álcool e aqueles que são também espaços de concertos, agentes e produtores de cultura. De facto, existe a afirmação de um circuito massificado da noite para os adolescentes fortemente suportado por uma cultura do álcool e do excesso, por contraposição a espaços de fruição noturna assentes numa programação musical cuidada e/ou multidisciplinares. É importante salientar, a exemplo do que tem acontecido em Barcelona, Madrid ou mesmo Milão, que muitos dos interlocutores do relatório Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa 2016 (COSTA, 2017) defendam que deveriam existir apoios aos espaços de fruição noturna em termos de programação cultural, incentivando-se, assim, uma cultura de consumo de cultura na noite (GUERRA & OLIVEIRA, 2015; NOFRE, 2013).



#### **4.7. Tendências em afirmação na oferta e vivência cultural: festivais e grandes eventos públicos**

Nas últimas décadas, assistiu-se a um aumento exponencial de eventos artísticos apresentados fora das programações oferecidas pelas instituições culturais: bienais, festivais, projetos de arte pública, concertos ao ar livre de grande dimensão, entre outros. Estas propostas são caracterizadas por um conjunto de motivações diversas e muitas vezes contraditórias entre si. Esta tendência, verificável um pouco por todas as grandes cidades da Europa, obedece também a preocupações legítimas de criação de laços de proximidade, de criação de dinâmicas territoriais, de animação da cidade, e muito regularmente estes acontecimentos surgem simplesmente de tradições locais.

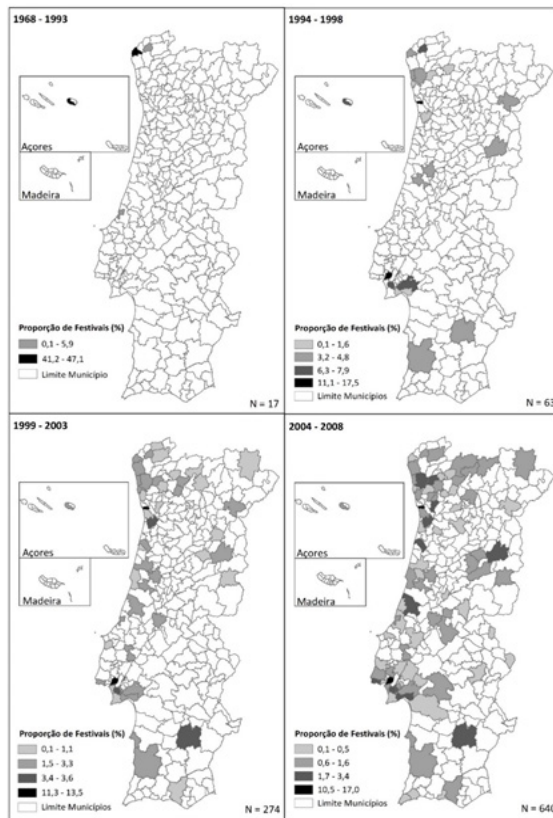
Lisboa parece também acompanhar esta tendência. Em 1994 organizou a Capital Europeia da Cultura e quatro anos mais tarde recebeu a Expo'98, eventos que mudaram, de formas diferentes, a paisagem cultural e não só da cidade. Guerra (2010) comprova-o notavelmente no que respeita ao campo específico da música, ao focar a sua análise nos festivais de música rock. Desde o verão de 1998, com a realização do segundo Festival Sudoeste TMN, que os festivais são megaeventos que materializam, num intenso quadro de interação direta, todas as dinâmicas atuais de globalização, profissionalização, mercadorização e mediatização da cultura, mobilizando milhares de pessoas (GUERRA, 2010). São vários os fatores que se conjugam na explicação desta tendência. Em primeiro lugar, importa referir o maior dinamismo das várias promotoras de eventos, as quais têm aumentado em número e caminhado no sentido de uma maior sofisticação das condições técnicas, logísticas e de transporte, o que contribui muito para o sucesso das iniciativas que promovem. Em segundo lugar, é de destacar o esforço operado por estas organizações em manter e/ou reduzir o preço dos bilhetes dos eventos que promovem, designadamente dos festivais de verão, o que permite uma maior afluência de públicos, constituindo um mercado já bastante significativo deste tipo de eventos em Portugal. Em terceiro lugar, é possível referir que os poderes políticos (nomeadamente, autarquias) estão mais sensibilizados para o potencial que os festivais de



Pensar as políticas culturais no século XXI: o caso de Lisboa  
Paula Guerra

música representam para a região onde têm lugar, sendo determinantes no tocante à contribuição com recursos logísticos, técnicos e financeiros em prol da sua concretização. Este tipo de eventos, e sobretudo os festivais que atingem uma maior dimensão, são perspetivados como verdadeiros fatores de desenvolvimento económico local (GUERRA, 2016).

Figura 5. Evolução do número de festivais (edições) por concelho, em Portugal, 1968-2008 (%)



Fonte: GUERRA (2010, 2016).

Se o discurso predominante sobre a festivalização ou bialização da cultura é tendencialmente crítico (devido, essencialmente, a excesso de oferta ou sobreposição de eventos propostos e uma excessiva concentração geográfica das propostas), este deverá ser lido também de uma perspetiva mais generosa. Numa altura de atomização agressiva das práticas culturais, das identidades e sentimentos de pertença, da crescente omnipresença

das tecnologias de informação nas práticas culturais dos indivíduos, este tipo de propostas resulta muitas vezes em momentos de convivialidade importantes na vida das cidades. As cidades, ou áreas específicas das mesmas, são transformadas em espaços de experiências, almejando-se não raras as vezes a criação de uma identidade das mesmas através da multiplicação de eventos culturais. Estes surgem como estímulo, e de certa forma como garantia de uma continuidade, das dinâmicas culturais locais e, portanto, como meio de atração de pessoas e de públicos. Para além do espectro cultural, acabam também por ter impacto na esfera social e das sociabilidades, sem esquecer a esfera económica.

#### **5. Espessuras, aberturas e densificações: pistas conclusivas**

Perante o exposto, podemos concluir que cidade de Lisboa, no que respeita às políticas e dinâmicas culturais, se encontra sob o efeito de movimentos conflituantes. Por um lado, é inegável o impacto do investimento nas políticas culturais públicas numa nova imagem da cidade – uma cidade cosmopolita, multicultural e na vanguarda artística – e no efeito de chamamento que isso provocou ao nível do turismo, com a cidade a bater anualmente recordes do número de turistas que a visitam. Ao ponto de o aeroporto da cidade estar a trabalhar em máxima capacidade, o que implicará, a curto/médio prazo, a abertura de um segundo aeroporto para lidar com esta nova descoberta da cidade de Lisboa pelos turistas. Por outro lado, existem problemas e desafios que importa assinalar e sobre os quais refletir, nomeadamente uma evidente centralização das práticas culturais em Lisboa num conjunto de zonas e freguesias lisboetas que praticamente monopolizam as práticas e as infraestruturas culturais da cidade. Estamos, portanto, numa conflitualidade inegável – se por um lado cresce a convicção da importância da cultura não só para o desenvolvimento da cidade, mas também como veículo de inclusão e de reforço de um sentimento comunitário, a verdade é que estamos na presença de uma cidade cultural a duas velocidades, o que potencia todo um conjunto de exclusões sociais.

Por seu turno, nas zonas e freguesias lisboetas em que existe um predomínio das práticas e as infraestruturas culturais, constata-se uma nem sempre fácil convivência entre os autóctones e os novos habitantes/turistas.



Referimo-nos a fenómenos como a intervenção/reabilitação urbana, gentrificação, aumento exponencial das rendas de habitação, bem como conflitos associados ao lazer noturno: barulho, sujidade, etc. No fundo, o sucesso ou insucesso de todas as políticas culturais locais levadas a cabo estará plasmado na capacidade de a autarquia responder prontamente a esta confluência de fatores e evitar que a cultura seja ainda mais um fator de desigualdade urbana neste século XXI.

### Referências

ALBUQUERQUE, Luísa. *A Cultura como Categoria de Intervenção Pública no Tempo e no Território*. 2011. Tese de doutoramento em Sociologia - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

BEJA, Rui. *A Edição em Portugal (1970–2010): Percursos e Perspectivas*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2011.

BIANCHINI, Franco. Cultural planning for urban sustainability. In: NYSTROM, L. (ed.). *City and culture: Cultural processes and urban sustainability*. Karlskrona, The Swedish Urban Environment Council, 1999.

BORGES, Vera & LIMA, Tiago. Apoio público, reconhecimento e organizações culturais: o caso do teatro. *Análise Social*, vol. XLIX, n.º 213, p. 926-952, 2014. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_213\\_d04.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_213_d04.pdf). Acessado em 29 maio 2018.

BORGES, Vera. *O Mundo do Teatro em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CAIERO, Mário. *Arte na Cidade. História Contemporânea*. Lisboa, Temas e Debates, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML). *Programa estratégico Biblioteca XXI: proposta de requalificação da rede de bibliotecas municipais de Lisboa*. Lisboa, CML, 2012.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CML). Centro Histórico de Lisboa. 2018. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/zonas/centro-historico>>. Acessado em: 29 maio 2018.

COSTA, Pedro & Magalhães, Andreia. Novos tempos. Nova vida. Novo centro? Dinâmicas e desafios para uma vida nova do centro histórico de Lisboa. *Rossio - Estudos de Lisboa*, Lisboa, n.º 4, p. 16-27, 2014. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9604>. Acessado em 29 maio 2018.

COSTA, Pedro (Coord.). *Estratégias para a cultura da cidade de Lisboa* 2016. Lisboa, CML, 2016.

COSTA, Pedro (Coord.). *Estratégias para a cultura em Lisboa*. Lisboa, CML, 2009.

COSTA, Pedro. Creativity, Innovation and Territorial Agglomeration in Cultural Activities: The Roots of the Creative City. In: COOKE, P. & LAZZERETTI, L. (eds.). *Creative Cities, Cultural Clusters and Local Development*. Cheltenham, Edward Elgar, 2008. 183–210.

COSTA, Pedro; BORGES, Vera & GRAÇA, Susana. Artistic work and structural organization of theater groups in Lisbon area: five empirical standpoints to inform public policies. *Dinâmia'Cet Working Paper, Lisboa, n.º 2013/02*, 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/5067>. Acessado em 29 maio 2018.

COSTA, Pedro; PERESTRELO, Margarida & TEIXEIRA, Giles. Visiting experiences and behavioural types in cultural audiences: an analysis of two museums in Lisbon. *Journal of Inspiration Economy*, Bahrain, n.º 2, p. 29-45, 2015. Disponível em: <https://journal.journals.uob.edu.bh/Article/ArticleFile/2288>. Acessado em 29 maio 2018.

COSTA, Pedro; PERESTRELO, Margarida; TEIXEIRA, Giles & LATOEIRA, Cristina. *Estudo sobre os públicos dos equipamentos e eventos geridos pela EGEAC – Vol. 1. Lisboa, DINAMIA'CET-IUL*, 2016.



DIVISÃO DE GESTÃO DE BIBLIOTECAS. *Bibliotecas Municipais – Síntese de Desempenho 2005-2008*. Lisboa, CML, 2008.

EGEAC. *Património Monumental, Teatral e Museológico* – EGEAC 2008. Lisboa, EGEAC/CML, 2008.

GUERRA, Paula & OLIVEIRA, Ana. *Transmission*. Noite, consumos musicais e cenas em Lisboa. *Rossio - Estudos de Lisboa*, Lisboa, n.º 4, p. 94-109, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/11415735/Transmission.\\_Noite\\_consumos\\_musicais\\_e\\_cenas\\_em\\_Lisboa](https://www.academia.edu/11415735/Transmission._Noite_consumos_musicais_e_cenas_em_Lisboa). Acessado em: 29 maio 2018.

GUERRA, Paula. 'From the night and the light, all festivals are golden': The festivalization of culture in the late modernity. IN: GUERRA, Paula & COSTA, Pedro (eds.). *Redefining art worlds in the late modernity*. Porto, Universidade do Porto, 2016. 39-67.

GUERRA, Paula. *A instável leveza do rock: génese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal*. 2010. Tese de Doutoramento em Sociologia - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56304>. Acessado em: 29 maio 2019.

HUTTON, Thomas A. *Cities and the Cultural Economy*. Londres, Routledge, 2016.

ICA. *Centro de Informação: Exibição e Distribuição*, 2016. Disponível em: <http://www.ica-ip.pt/pt/downloads/exibicao-e-distribuicao/pagina-3/>. Acessado em: 29 maio 2019.

LOPES, Eunice. Museus: um recurso para consumo turístico. *APTC News, Revista Digital*, Lisboa, n.º 3, 2011.

MATEUS, AUGUSTO & ASSOCIADOS. *A economia criativa em Portugal Relevância para a competitividade e internacionalização da economia portuguesa*. Lisboa, Augusto Mateus & Associados, 2016. Disponível em: [https://issuu.com/addict-creativeeconomy/docs/addict\\_economia\\_criativa\\_vf](https://issuu.com/addict-creativeeconomy/docs/addict_economia_criativa_vf). Acessado em: 29 maio 2018.





MOZZICAFREDDO, Juan, et al. O grau zero do poder local. In: AAVV. *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Vol. II. Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia/Editorial Fragmentos, 1990. 613-625.

NEVES, José Soares (coord.). *Primeiro Estudo de Públicos de Museus Nacionais*. Lisboa, DGCP/CIES-IUL, 2013.

NEVES, José Soares. *Comércio livreiro em Portugal. Estado da arte na segunda década do século XXI*. Lisboa, CIES-IUL, 2014.

NEVES, José Soares. *Despesas dos Municípios com Cultura (1986-2003)*. Lisboa, Observatório das Atividades Culturais, 2005.

NOFRE, Jordi. Vintage Nightlife: Gentrifying Lisbon downtown. *Fennia: International Journal of Geography*, Tampere, vol. 191, n.º 2, p. 106-121, 2013. Disponível em: <https://fennia.journal.fi/article/view/8231>. Acessado em 29 maio 2018.

SANTOS, Maria de Lourdes dos (coord.). *As Políticas Culturais em Portugal. Relatório Nacional*, Lisboa, Observatório das Atividades Culturais, 1998.

SEIXAS, João; MAGALHÃES, Andreia & COSTA, Pedro. Os tempos novos do centro histórico de Lisboa. In: FERNANDES, José & SPOSITO, Maria (orgs.). *A nova vida no velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*, Porto, FLUP/CEGOT, 2012.

SILVA, Augusto Santos, BABO, Elisa & GUERRA, Paula. Cultural policies and local development: the Portuguese case. *Portuguese Journal of Social Science*, Lisboa, vol. 12, n.º 2, p. 113-131, 2013. Disponível em: <http://pjs.iscte-iul.pt/index.php/pjss/article/view/101>. Acessado em: 28 maio 2018.

SILVA, Augusto Santos. Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n.º 54, p. 11-33, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292007000200002](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292007000200002). Acessado em: 28 maio 2018.

Recebido em: 02/04/2018

Aprovado em: 22/06/2018

